

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos arar
E se mais mundo houverá, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Presidente
Paulo Cabral de Araújo

Vice-Presidente
Ari Cunha

Diretor Gerente
Alberto de Sá Filho

Diretor de Redação
Ronaldo Martins Junqueira

Diretor Financeiro
Evaristo de Oliveira

Diretor Técnico
Ari Lopes Cunha

Diretor Comercial
Maurício Dinepi

Confiar é preciso

A se confirmarem os valores apontados pela ministra Zélia Cardoso de Mello em relação aos índices inflacionários a serem apurados para o mês de julho, assim como os números maiores do orçamento da União a serem alcançados na execução da lei de meios, até o final do corrente ano, a Nação poderá regozijar-se. O "deficit" público está sendo exorcizado. Mais ainda, o resultado negativo das contas federais, que no último exercício chegou a 7,2 por cento do PIB, até o encerramento do ano fiscal poderá situar-se, num saldo acima de um por cento do PIB. Um resultado algóérico que se aproximarão dos dez por cento do PIB, pondo em evidência o acerto das medidas de contenção adotadas, até aqui, ao mesmo tempo em que sinaliza a retirada das finanças do Tesouro Nacional da caótica situação a que foram levados a economia em geral bem como o setor público, pelo total descontrole de seu gerenciamento.

As informações passadas à opinião pública dão conta de que a revisão do orçamento de 1990 possibilitou o enxugamento das despesas num montante superior a 36 bilhões de dólares, fazendo os gastos cair de 21 por cento para 12 por cento do PIB, permitindo que a sua execução no segundo semestre ficasse protegida de resultados deficitários. Acresça-se o detalhe relevante segundo o qual o Ministério da Economia já ultimou o cronograma de desembolso financeiro até o mês de dezembro e que o Departamento do Tesouro Nacional irá cumprir, sem abrir exceções, o orçamento programado, sendo vedadas quaisquer suplementações. Desta forma estará viabilizado o determinismo de

gastar somente o que for arrecadado. Confirma-se a programação anunciada pelo Presidente da República consolidando uma vontade política impondo aos gestores das unidades orçamentárias limites críticos aos gastos, esgotando-se as rubricas aos níveis estritos dos cronogramas já fechados.

A outra vertente da orçamentação pública se conforma a partir dos ingressos nos caixas do Tesouro da receita arrecadada através das taxas e impostos. O decréscimo de sua realização, ocorrido em maio foi revertido em junho, abrindo luz de 24,6 por cento sobre os valores estimados. Até o fechamento do ano fiscal a receita se situará em 15,5 por cento do PIB, contra os 12,5 por cento registrados o ano passado, dentro de uma tendência que era declinante e vinha inquietando os técnicos há vários exercícios.

A terceira variável, também expressiva, e que pressiona a realização do orçamento, tem na dívida pública um complicador de grande turbulência. O plano de estabilização, pelo alongamento do seu perfil, assegurou uma redução significativa dos encargos, tanto para o regime de caixa quanto para o de competência, englobando, ambos, os pagamentos, quer mês a mês quer imediatos. Consequentemente a queda no estoque da dívida fará declinar o seu custo.

Reúnem-se, assim, vários parâmetros numa direção em cujos horizontes voltam a prevalecer prenúncios de tempos bonançosos para os caminhos do amanhã. O que se espera é que a realidade confirme as estimativas oficiais. Acima e além da esperança a Nação precisa voltar a confiar nos seus destinos.